

## Os grupos de fábrica de Campinas e Região (1984-1991)

*Fagner Firmo de Souza Santos* \*

**Resumo:** Nosso estudo visa compreender as ações dos Grupos de Fábrica de Campinas e Região no período de 1984, quando a oposição sindical conquista a direção do Sindicato, até 1991 quando o último Grupo de Fábrica é dissolvido, o da Singer. A intenção com esse estudo é analisar como as organizações clandestinas de base dessa categoria agiam diante do complexo de reestruturação produtiva, assim como apreender a relação Grupos Clandestinos-Sindicato.

**Palavras-chave:** grupos de fábrica; organizações de base; sindicatos; reestruturação produtiva.

**Abstract:** Our study seeks to understand the actions of the Groups of Factory of Campinas and Area in the period of 1984, when the opposition syndical conquest the direction of the Union, up to 1991 when the last Group of Factory is dissolved, the one of Singer. The intention with that study is to analyze as the secret organizations of base of that category they acted before the compound of productive restructuring, as well as apprehending the relationship Grupos Clandestinos-Sindicato.

### O histórico das organizações de base

É difícil entender a complexidade das formas de organizações dos operários sem situá-las historicamente. Dessa forma, no Brasil, a importância dos Grupos de Fábrica só foi reconhecida após 1964, quando eles assumem um papel estratégico efetivo que será o germe das oposições sindicais.

No entanto, a estratégia de organizações de base já tinha uma longa história de lutas no país. Segundo Filho (1997), elas já estavam presentes desde a década de 1910. Nessa época, foi hegemonizada pelos ideais anarquistas, os quais assumiam reivindicações estritamente corporativas e tinham como estratégia de luta as ações espontâneas que buscavam justapor com um "(...) complô insurrecional com o objetivo de destruir o Estado e instaurar a sociedade libertária, através de um único e grande ato" (FILHO, 1997, p. 24).

O tipo de organização empreendida pelos anarquistas até os anos 1920 foi marcado pela ausência de compromisso entre patrões e trabalhadores, favorecendo a inadimplência dos capitalistas. Isto porque os mecanismos de negociação eram precários. A tentativa de reconhecimento das organizações operárias feita pelo Estado se deu em 1907, iniciativa que buscava influenciar ideologicamente os trabalhadores, afirmando a necessidade de evitar os conflitos. Porém, essa tentativa fracassou frente à rejeição dos anarquistas (FILHO, 1997).

Contudo, sob hegemonia anarquista as organizações de base não conseguiram avançar, visto que abdicaram destas, privilegiando as associações sindicais. Porém, as

---

\* Mestrando em Sociologia pela Unesp/Araraquara. End. eletrônico: fagnerfdss@yahoo.com.br

organizações no local de trabalho foram responsáveis por diversas manifestações, como as do primeiro de maio. Essa estratégia foi favorecida no pós-primeira Guerra Mundial (1917-1920), quando os têxteis, por exemplo, empreenderam mobilizações exemplares, que não duraram muito em função da depressão econômica e da repressão policial. Ao término desse período os trabalhadores puderam colher alguns avanços em termos de organização: voltava à cena a mobilização pelas Comissões de Fábrica, estimulada pelos Comitês de Organização do 1º de maio de 1919; a Federação Operária de São Paulo que surge da greve geral de 1917; além, é claro, do exemplo e estímulo da vitória dos Bolcheviques na Rússia (FILHO, 1997).

Este último acontecimento iria influenciar sobremaneira a direção das lutas operárias no país. Ao longo de quase duas décadas os anarquistas tiveram muitas dificuldades em tornar suas organizações efetivas e legitimá-las ante aos trabalhadores. Com o exemplo do leste-europeu, até mesmo eles, críticos da estrutura partidária, passaram a levantar análises sobre a Revolução. Se espelhando no êxito russo, em 1919 criam juntamente com os comunistas o PC libertário. Cada vez mais alinhado com a Terceira Internacional, sobretudo após o III Congresso de 1920, o Partido que abrigava anarquistas e comunistas passou a sofrer com a dissensão, visto que os primeiros rechaçavam a burocratização, e o esvaziamento do caráter libertário do partido. No que tange às organizações de base, abandonou-se aos poucos a discussão sobre a autonomia e foram ganhando espaço os delegados de base com vistas a fortalecer os sindicatos. Dessa forma, segundo Filho, as alianças políticas engendradas pelos Comunistas alinhados com a III Internacional, contribuíram para enfraquecer ainda mais as iniciativas de organizações autônomas, sobretudo as Comissões timidamente criadas até então (FILHO, 1997, p. 37).

À revelia das cisões no seio do proletariado, o governo de Artur Bernardes lançava suas políticas repressivas para conter o movimento operário e tenentista, recorrendo ao Estado de sítio. Sob Washington Luiz não foi diferente. Tentando estreitar relações com o movimento operário o governo afasta o PCB colocando-o na ilegalidade, visto que o Partido tinha forte influência sobre os trabalhadores.

Sucintamente, do surgimento do movimento operário combativo e minimamente organizado até o período getulista, esses foram os desafios enfrentados. Quanto às organizações de base, os movimentos ao longo desse período não conseguiram efetivá-las. Filho (1997) avalia que as medidas editadas pelos governos acompanhadas de forte repressão foram determinantes para a inércia das comissões, além das cisões no interior da

esquerda. Desse modo, os Grupos de Fábricas clandestinos ganharam importância diante da ausência de formas mais avançadas de organização, pois se tornou o único espaço capaz de congregar trabalhadores dispostos a defender os interesses mais imediatos. Nesse sentido, as organizações de base ficaram restritas à ação espontânea dos grupos e não avançaram para além de “germes das Comissões de Fábrica” (FILHO, 1997).

Portanto, os “grupos informais” expressavam a contradição própria do mercado de trabalho e respondiam “(...) às expectativas conscientes ou não do próprio instinto da classe: queriam negar as condições econômicas de exploração a que estava submetida e as condições sociopolíticas da sua existência”, isso, numa conjuntura desfavorável à organização do operariado brasileiro. (FILHO, 1997, p. 39).

Segundo a avaliação que o autor faz da ação dos grupos, esses se restringiam às respostas dadas aos patrões. Ao menos é esse o papel que tiveram os grupos de fábrica na 1ª República. Muito embora isso não tenha tirado a sua importância, visto que foram eles os responsáveis por grandes mobilizações como as de 1917 e 1919 mediando os Comitês de Organização.

Durante toda a década de 1930 e até a primeira metade da década de 1940, o movimento operário conseguiu muitos avanços no que concerne a compra e a venda da força de trabalho. Porém, foram conquistas forjadas ao custo da ideologia da outorga criada pelo governo de Getúlio Vargas. Foi assim que o “pai dos pobres” concedeu várias das reivindicações que o movimento operário exigia desde o início da década de 1920, ou seja, transformando em leis as reivindicações pelas quais o movimento operário já lutava a no mínimo uma década e meia (VIANNA, 1978). Mas, a mudança mais drástica se deu no âmbito da organização dos trabalhadores que sofreu duro golpe durante seu governo.

No período getulista cresceu a influência do Estado nas questões trabalhistas e sindicais. Os trabalhadores que até então adotavam táticas coletivas de mobilização, passam a responder a um conjunto de normas jurídicas previstas nas leis do trabalho. Somente os sindicatos que cumprem um conjunto de normas previstas em lei são reconhecidos e passa a vigorar a Unicidade Sindical, que feria com gravidade a espinha dorsal dos movimentos autônomos, a composição de forças entre categorias. A estrutura montada fez com que cada trabalhador respondesse individualmente aos seus direitos e deveres nas relações de trabalho, em detrimento das ações coletivas.

As medidas getulistas favoreceram o PCB e a sua tática de ocupar as diretorias sindicais, fazendo dos sindicatos as correias de transmissão do partido. Os comunistas

tinham desde então apenas os “ministerialistas” como concorrentes, visto que com as mudanças na legislação sindical a influência anarquista e, portanto, o caráter autônomo das organizações, declinou.

As organizações de base deixam, de vez, de ser o eixo estratégico, favorecendo o esvaziamento dos movimentos de massa. Durante mais de uma década e meia, que vai da “posse” de Getúlio até a redemocratização no pós Segunda Guerra, o movimento operário se vê órfão desse tipo de organização. Evidentemente, a ditadura do “Estado Novo” também contribui sobremaneira com a desmobilização, em que pese o afastamento do PCB das atividades sindicais quando colocado na ilegalidade.

O movimento operário retomaria as lutas em 1945/46. Inspirado na guerra contra o fascismo, a população almejava maior abertura política. Ao término da Guerra algumas categorias entram em greve reivindicando melhorias nas condições de trabalho e aumento salarial. Esse é um movimento que ressurgiu das bases, por fora dos sindicatos. Os embriões das Comissões de Fábrica que forjaram essas greves colocaram uma nova reivindicação em pauta nas lutas dos operários, a autonomia sindical, pois passaram a questionar a estrutura consolidada durante Estado Novo (ANTUNES; NOGUEIRA, 1982).

Diante do crescimento das mobilizações, o governo Dutra, cada vez mais pressionado pelos empresários, passa a dar respostas, utilizando do potencial desmobilizador dos sindicatos que passam a interferir nos assuntos conflituosos, sem abrir mão, é claro, do aparelho repressivo (ANTUNES; NOGUEIRA, 1982; FILHO, 1997).

O PCB, por sua vez, procura manter certo controle sobre as bases, inclusive com tentativas de transformar as comissões de fábrica em células partidárias, além de às vezes compor direção de sindicato com os “ministerialistas”. Em 1947, diante do impasse do governo com o movimento grevista o partido é posto na ilegalidade novamente (FILHO, 1997). Diante da conjuntura, as greves ficam a cargo das comissões (e intercomissões), que ganham maior prestígio com as bases, embora circunscrito à duração das greves. E apesar dos limites impostos, as comissões multiplicaram-se, principalmente a partir de 1948, inclusive “(...) invocando a possibilidade de substituir a estrutura do sindicalismo oficial” (FILHO, 1997, p. 46).

Em 1953 são retomadas as ações grevistas. Mais uma vez soerguido pelas bases, o movimento operário lançaria uma ofensiva ao longo da década, amadurecendo suas organizações. As experiências dos anos anteriores tinham sido fundamentais para essa retomada. No caso específico da greve de 1953, conhecida como “greve dos 300 mil”, ela

foi “/.../ um momento de unificação [das] lutas parciais e locais da classe operária e as comissões contribuíram para o trabalho de conscientização da massa através de piquetes, discussões na fábrica, etc.” (ANTUNES; NOGUEIRA, 1982, p. 88). Desse movimento nasce o PUI (Pacto de Unidade Intersindical) derivado de uma comissão intersindical da greve, com forte presença das comissões.

Embora tenha contado com o amadurecimento de suas organizações autônomas, o cupulismo, ao final da década de 1950 e começo da de 1960, acabou predominando. Filho (1997) assinala, como exemplo do triunfo do cupulismo a criação do PUA (Pacto da Unidade e Ação), que juntamente ao o PUI seria a base de sustentação da CGT (Comando Geral dos trabalhadores). Predominou nessas estruturas as decisões dos dirigentes sindicais, reforçando a debilidade da relação com as bases. Quando veio o golpe em 1964 os trabalhadores estavam desarticulados nos locais de trabalho. Desse modo, os militares não enfrentaram resistência massiva para consolidar o golpe, bastou tomar os sindicatos.

### **A retomada das ações pela base: do golpe de 64 à redemocratização**

Paradoxalmente, após o golpe a possibilidade de recomeçar os trabalhos de base foi dada. No contexto de total ausência de liberdade política, os Grupos de Fábrica voltaram a ser priorizados. Mais uma vez, a exemplo da década de 1910, as lutas dos Grupos voltam a pautar-se pelos problemas encontrados no cotidiano das empresas e suas ações são, basicamente, respostas contingenciais aos desmandos dos patrões.

Mas, embora tenham sido ações restritas ao espaço fabril, as experiências de organizações de base foram se espalhando. As experiências esparsas de resistências (“pequenas lutas”) no interior das fábricas possibilitaram a aglutinação de forças empreendida pela Igreja Católica. O “chão de fábrica” e a paróquia passam a ser os espaços privilegiados pelos pequenos grupos de militantes de esquerda. O trabalho de base, como já dissemos, é privilegiado por esses grupos, sendo o germe das oposições sindicais.

Da mesma forma, em Osasco no mesmo ano, os metalúrgicos através de um movimento de base articulado com a diretoria eleita na esteira da oposição sindical, desencadearam um movimento grevista (id). Segundo Weffort, a experiência de articulação entre comissões de fábrica e sindicato elevou a democracia sindical a níveis poucas vezes visto no Brasil até então. Ainda segundo este autor, a ruptura com a estrutura oficial levou o sindicato a uma intensa democratização, e a direção teve que se submeter a uma intensa politização, pois teria que responder às questões econômicas e políticas (id, p. 53).

De qualquer forma a greve foi antes resultado de um processo de conscientização dos trabalhadores, no qual pesou a confluência de estudantes (o surgimento do operário-estudante) e católicos (Juventude Operária Católica e Frente Nacional do Trabalho) com os metalúrgicos. Weffort recorre à modernização e ao autonomismo para explicar o êxito da greve. Porém somado à estes fatores, entendemos que a forte oposição ao regime que surgiu em Osasco foi resultado, antes de tudo, do trabalho de politização que cumpriu os grupos dissidentes da esquerda que tinham infiltração no movimento operário e que desde 1964 agiam de forma clandestina.

O movimento em Osasco que surgiu como um movimento anti-arrocho, contrário à política salarial do regime e agravado pelo fim da estabilidade no emprego, substituída pelo FGTS, esse movimento logrou êxito ao alastrar-se e organizar paralisações de várias empresas e ocupação de fábricas. Estas reivindicações, no entanto, não foram atendidas e greve abriu precedentes para a invasão dos militares na Cobrasma e na Lonaflex e para a redefinição política-institucional. A faceta jurídico-política desta redefinição institucional se consolidou em dezembro de 1968 com o AI-5. Porém, as pequenas ações não cessaram. No interior das empresas a sabotagem da produção, “operações tartaruga”, entre outras, formavam um conjunto de ações de protesto que se tornou recorrente.

Segundo Frederico (1978), a partir de então, as “freagens” da produção foram motivadas por ações individuais/psicológicas resultado do estranhamento da hierarquia, além de reivindicações de aumento salariais. Na pesquisa realizada numa empresa em meados de 1971, o autor concluiu que as sabotagens da produção eram realizadas principalmente pelos operários mais qualificados e significava a regressão das lutas operárias, por não serem ações coletivas. Os operários desqualificados transitavam entre o conformismo e reações explosivas, portanto, era uma parcela da classe sem o horizonte das ações coletivas, quando muito, se reuniam em grupos de solidariedade, porém, desorganizados. No entanto, o autor diz que a situação da classe continua a impulsionar os operários à ação “(...) tornando assim visível o caráter dialético da ‘falsa consciência’” (id, id).

Parece ter sido assim, no impulso gerado a partir da sua condição cada vez mais miserável que trabalhadores de diversos segmentos anos mais tarde retomariam as ações coletivas. Já em 1973 dá-se o início de movimentos diversos anunciando o fracasso das políticas econômicas centralizadas do regime para a classe trabalhadora.

Das inquietações dispersas e desorganizadas dos operários e de vários outros segmentos, começam a se aglutinar forças coletivas. Segundo Sader, a “consciência fragmentada” ia compondo no cotidiano dos trabalhadores – este um lugar ambíguo de “conformismo e resistência” – novos projetos que davam forma aos movimentos (SADER, 1988). Estes eram movimentos que canalizavam as frustrações e inquietações de diversas camadas sociais, postas em movimento como forças coletivas. E já em 1974 demonstraram ter razoável influência quando as oposições ganharam as eleições nos grandes centros urbanos.

Dos movimentos que surgiram neste instante, o das oposições operárias ganharia mais destaque nos anos seguintes. Impulsionados pelas perdas salariais de 31,4% referente ao ano de 1973, reveladas pelo DIEESE em 1977/1978, os metalúrgicos de São Paulo, de Osasco, mas, sobretudo do ABC começam o movimento pela reposição. Em particular, os operários do ABC, aproveitam a ocasião para pôr em pauta outras reivindicações, tais como “/.../ condições de trabalho, acidentes de trabalho, horas extras, rotatividade da mão-de-obra, escala salarial, autoritarismo das chefias, condições de vida, representatividade sindical e outras tantas” (FILHO, 1997, p. 67).

A trajetória de luta dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo no período de 1978 a 1980 já é bem conhecida e não nos convém abordá-las aqui. Porém, é importante que levantemos alguns aspectos importantes em termos de estratégia de lutas adotadas nos movimentos oposição.

Primeiramente é importante ressaltar que o movimento que transbordou em 1978 foi também fruto de um trabalho clandestino intenso no interior das fábricas. As atuações de grupos dissidentes de esquerda e da igreja no movimento de oposição serviam de apoio aos militantes que nas empresas denunciavam os abusos dos patrões e do governo, através de um trabalho sigiloso de entrega de boletins, informativos, “mosquitinhos”, ou mesmo nas conversas em espaços de sociabilidade possíveis para a militância política.

Em segundo lugar, é necessário destacar as diferentes estratégias de lutas adotadas ao longo desse período que iria influenciar todo o movimento sindical no interior da Central Única dos Trabalhadores. Em especial, desde o surgimento do movimento grevista no ABC e até a fundação da CUT em 1983, o “novo sindicalismo” representado pelo movimento de São Bernardo e Diadema e o MOSM-SP (Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo) trariam para o debate sindical nacional duas concepções de organização distintas.

Ao término do período grevista de 1978-80, os patrões lançaram forte repressão às tentativas de criação de comissões e rejeitaram os delegados sindicais. Nos anos seguintes o movimento sofreu com o refluxo das lutas. Os empresários aproveitaram essa conjuntura para proporem comissões que negociariam os “interesses comuns”, internos às empresas. Aos sindicatos restaria o papel burocrático de negociar os índices de reajuste. Portanto, as organizações no local de trabalho foram aos poucos ficando na mira dos patrões que enxergaram nelas a possibilidade de conciliar os interesses. Os operários rejeitaram de imediato a tentativa de cooptação e fragmentação de suas lutas. E na ocasião, sem forças reais para enfrentar de forma massiva os abusos patronais, recorreram novamente à clandestinidade. Ao proliferarem nas grandes empresas metalúrgicas de São Bernardo e Diadema os GF’s “(...) buscavam ampliar as lutas contra as vicissitudes da conjuntura de recessão econômica. Este trabalho objetivava também conscientizar as bases operárias para a importância das comissões de fábrica” (id, p. 180).

### **O movimento de oposição em Campinas**

O movimento de oposição sindical em Campinas guardou algumas semelhanças com os dois principais movimentos, de São Paulo e de São Bernardo. Ele também foi fruto de pequenas ações no interior das fábricas e articulava-se, nos bairros, através das CEB’s, além de abrigar militantes de várias tendências, vinculadas a partidos e mesmo ao sindicato. As lutas no interior das fábricas foram responsáveis pela inquietação de um número cada vez maior de trabalhadores com a diretoria pelega.

Em 1978, quando o movimento grevista estoura em São Bernardo, em Campinas funcionários de várias empresas também paralisam (Singer, Cobrasma, GE e Tornitec). Essas eram greves que, embora não tenham arrebanhado o conjunto da categoria, serviram para mostrar a política desmobilizadora e contrária aos interesses dos operários, que não tiveram suas reivindicações atendidas (POSSAN, 1996).

Nas eleições que ocorreriam ainda naquele ano para a diretoria, a oposição, embora derrotada, demonstrou ter ganho força junto à categoria. A Chapa 2, de oposição, fruto da aliança entre os militantes da esquerda católica da JOC (Juventude Operária Católica) e os do PC do B, conseguiu 3.148 votos contra 8.761 votos da Chapa 1 da situação, encabeçada por Cid Ferreira. Quase todos os membros da Chapa 2 tinham participado das greves de maio/junho daquele ano. Ao término do processo eleitoral todos foram demitidos, resultado da política de desgaste do movimento empreendida pelo patronato em aliança com o



presidente do Sindicato reeleito responsável pela criação das “listas negras” de trabalhadores que se vincularam ao movimento (POSSAN, 1996, p. 83).

As perseguições, porém, não impediram que nas campanhas salariais de 1979 muitas das empresas paralisassem suas atividades, demonstrando capacidade de organização autônoma, ao mesmo tempo em que revelava mais uma vez a verdadeira faceta do sindicalismo pelego, obrigando aqueles trabalhadores a permanecerem organizados em grupos e comissões de fábrica.

Além disso, as divergências entre os segmentos que compunham a oposição se acentuaram. As diferentes formas de concepção estratégica diante do desafio de romper com a estrutura sindical impossibilitaram ações conjuntas daqueles militantes.

A cisão ficou evidente em 1981 quando nas eleições o PC do B abandonou a Chapa 2 de oposição para compor com o Cid Ferreira. Os militantes comunistas avaliaram que a oposição não ganharia, então decidiram pela composição com Cid, para “(...) roer o cara por dentro”, como disse um militante<sup>1</sup>. Quanto à oposição, composta pelos católicos de esquerda e dos militantes trotskistas, saiu derrotada das eleições, embora fortalecida. Possan (1996) coloca que a falta de um “(...) projeto solidificado no interior da categoria configurado como *alternativa* para o sindicato, no sentido de superar a proposta assistencialista da direção” comprometeu a vitória dos opositoristas (p. 148). Porém, se consolidaram como uma alternativa dentro do movimento sindical de Campinas e Região.

Sem superar as divisões da última eleição, o movimento de oposição sindical continuou a realizar seus trabalhos. As correntes político-partidárias, trotskistas e militantes do PCdoB, priorizavam um programa pré-definido, tendo a referência partidária. Já a Pastoral Operária buscava engrossar a organização através da fé e da liberdade dos militantes ocuparem outros espaços, como os sindicatos, de forma independente (POSSAN, 1996, p.134).

Sendo assim, a Pastoral Operária começou a encabeçar, juntamente com os trotskistas, um “(...) esforço no sentido de fortalecer um trabalho de coordenação visando uma melhor estruturação interna do Movimento” (idem, p.152). Esforço esse que articulava o trabalho no “chão da fábrica” e nos bairros, ou seja, pela base. Porém, todo trabalho realizado pela Pastoral e trotskistas até então concentrava-se mais na conscientização do trabalhador, buscando formar sua consciência no sentido da solidariedade de classe. Foi

---

<sup>1</sup> Depoimento de Valdemir J. Martinhago à M. Possan (1986).

preciso avançar qualitativamente nos esforços feitos até então. É nesse contexto que passam a,

(...) concentrar os seus esforços com o propósito de realizar um trabalho de *análise* da realidade socioeconômica e de *avaliação* das situações particulares da região, buscando principalmente elaborar *definições, orientações e formas de organização*, visando com isso incentivar e qualificar seus militantes no sentido de interferir efetivamente nas relações de poder no interior dos sindicatos (id, p.157).

O Movimento da Pastoral tornou-se ainda mais importante quando, na conjuntura socioeconômica de 1983, em que empresas passaram a demitir em escala, seus militantes, à revelia do sindicato que só homologava as demissões, se organizam no sentido de denunciar a postura imobilista da direção sindical e resistir às políticas de corte dos patrões. Aquele foi o momento em que o movimento intensificou as chamadas e campanhas de sindicalização e organização no interior das fábricas, incentivando não apenas os Grupos de Fábrica permanentes (clandestinos), mas as Comissões de Fábrica que encaminhariam as lutas, como por exemplo as campanhas de readmissão (id).

Em 1984, com o avanço das lutas, o movimento iria consolidar o processo iniciado em 1978. Mesmo sem contar com os militantes do PCdoB, que em março daquele ano na convenção da oposição sindical exigiu a presidência da Chapa e por falta de acordo impossibilitou uma frente única, a Chapa 3, encabeçada por Durval de Carvalho, e composta por militantes da Pastoral Operária e os trotskistas, venceu as eleições (id).

### **Os “novos” desafios e a alternativa clandestina**

Ainda em outubro de 1984 o programa de ação sindical proposto pela diretoria eleita seria posta à prova. Nesse mês estouraram greves desencadeadas pelos grupos de fábrica, nas quais eram reivindicadas pautas específicas, como equiparação de salários e comissões de fábrica.

A greve da Mercedes-Benz daquele mês logrou êxito nas suas reivindicações, com destaque para a comissão de fábrica. Porém, a efetivação daquela conquista organizativa não teve sucesso, haja vista a tentativa dos diretores da montadora de cooptá-la. Houve, com a frustração da não implantação da comissão, reação negativa dos membros do GF-Mercedes em relação ao sindicato. Isto porque coube apenas aos sindicalistas a decisão,

muito embora tenha sido mantidas discussões com o grupo acerca do caráter que teria aquele órgão<sup>2</sup>.

Malgrado a frustração da comissão da Mercedes, o movimento operário em Campinas demonstraria ser capaz de, a partir dos grupos de fábrica e com o apoio da estrutura sindical, mobilizar quase toda a categoria. A demonstração aconteceu na campanha salarial de 1985, na qual em conjunto com outras bases metalúrgicas a categoria do interior paulista paralisaria quase todos seus trabalhadores na jornada grevista da “vaca brava”. Com aquele movimento os trabalhadores reivindicavam 100% de reajuste com base no INPC, redução da jornada de 48 para 44hs semanais, etc. Porém, em diversas empresas transbordaram reivindicações particulares que envolviam as arbitrariedades das chefias, condições de trabalho, perseguições. Estas pautas “extras” eram fruto do trabalho clandestino de militantes que compunham a oposição sindical e que passaram a colaborar com a nova diretoria. As denúncias eram trazidas e sistematizadas pelo sindicato através dos boletins que as difundiam, além de ser um importante instrumento de agitação. Além disso, nas greves daquele ano os grupos funcionavam como termômetros para eventuais ações, grevistas ou não. Dessa forma, quando os membros encontravam possibilidades de uma ação mais radical, as desencadeavam, restando ao sindicato respeitar suas decisões e tomar as medidas legais, porém, sempre consultando assembléias.

Porém, embora a categoria tenha conquistado a redução da jornada de trabalho de 48 para 44hs semanais – uma conquista econômica de grande valia – politicamente o movimento grevista fracassou diante das perseguições e demissões que se sucederam. As demissões seguiram critérios políticos, sendo dispensados os militantes dedurados pelos serviços de espionagem das empresas. Ou seja, ao final da jornada grevista de abril-maio de 1985 mais 400 militantes cuidadosamente selecionados foram demitidos (muitos por justa causa), deixando nos meses seguintes a categoria órfã de muitos dos ativistas responsáveis por equilibrar as forças com as chefias truculentas e denunciar as práticas abusivas.

Portanto, do ponto de vista político-organizacional as greves foram um sucesso, pois paralisaram toda uma categoria chegando a mobilizar mais de 20 mil trabalhadores em assembléias gerais. Mas, a truculência dos patrões; a estrutura sindical, única responsável por ratificar acordos; e falta de destreza política dos sindicalistas ao término do movimento

---

<sup>2</sup> A justificativa se baseou na conduta manipulatória da chefia da Mercedes. Já estavam em curso naquela empresa algumas iniciativas de espaços dedicados à participação dos trabalhadores em assuntos de qualidade. Essa prática já vinha sendo denunciada pelos Grupos das fábricas em que eram instalados os programas. O receio é que a Comissão de Fábrica fosse incorporada aos interesses da empresa (consta do Depoimento de Durval de Carvalho – ex-presidente do sindicato – concedido ao autor em 07/06/2008).

comprometeu os órgãos mais combativos nas fábricas – afinal os diretores não esperavam tamanha hostilidade dos patrões.

Ao término daquele ano a categoria realizou seu primeiro congresso, que se transformou no espaço em que o balanço do movimento grevista pôde ser feito. E as conseqüências trouxeram algumas redefinições táticas, tais como realizar estudos sobre o perfil político e econômico das empresas da região, fechar convênio com o DIEESE, criar departamentos para atender as várias demandas dos trabalhadores (médico, jurídico, etc.) buscando juntamente com isso politizar essas esferas de atuação da ação sindical, dentre outras medidas<sup>3</sup>. As comissões de fábrica surgem como o maior objetivo a ser conquistado em termos de organização de base, muito embora não abrissem mão dos grupos clandestinos, que segundo as resoluções do evento, será crucial para garantir “(...) maior dificuldade para que os patrões destruam ou controlem a organização dos trabalhadores” (CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 1º CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DE CAMPINAS, 1985, p. 17).

Porém, diante da conjuntura de refluxo do movimento operário na Região não foi possível avançar para formas mais efetivas de organização, como as comissões de fábrica. Isto porque os patrões já tinham manifestado a sua posição em relação à esse tipo de órgão dos trabalhadores. Dessa forma, predominou nos anos seguintes os grupos de fábrica clandestinos.

A restauração dos órgãos clandestinos ao patamar de organização que assumiram antes da “vaca brava”, no entanto, não foi possível. Em uma ou outra empresa os militantes lograram êxito em recompor grupos fortes suficientes a ponto de questionar o movimento de “modernização” pela qual passava várias empresas da região, além é claro das arbitrariedades das chefias, rotatividade, condições de trabalho, etc. Mas não foi uma tendência que se espalhou pela categoria. Pois o “fantasma” das perseguições e demissões da jornada grevista de 1985 a rondou por toda segunda metade da década de 1980. As mais de 400 dispensas tinham criado também um problema político para os sindicalistas que também haviam sido responsabilizados (também) pelos fracassos de abril-maio 1985.

Dessa forma, nas campanhas salariais dos anos seguintes os militantes que ainda restavam e outros que aos poucos vieram compor os grupos, além dos sindicalistas,

---

<sup>3</sup> CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 1º CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DE CAMPINAS, 1985, pp. 3-4

recorreram às fábricas e bairros, buscando nestes espaços compor forças de modo que a mobilização atingisse as metas reivindicativas.

De qualquer forma, somente o grupo da Singer, fábrica de máquinas de costura, conseguiu manter-se organizado até o final da década, impedindo muitas tentativas de reestruturação produtiva, através de uma disputa ideológica travada com a transnacional. O GF-Singer estava organizado a ponto de antever as conseqüências da instalação de sistemas de estoque mínimo e difundi-los ao conjunto dos trabalhadores. Derrotada no campo ideológico, a empresa foi obrigada a recorrer à violência para então dissolver o grupo clandestino, demitir em massa e dar seqüência na reestruturação.

No conjunto das empresas da região a manutenção de militantes que agiam clandestinamente subsidiando o sindicato com informações endógenas às fábricas, juntamente com os cursos de formação que haviam se ampliado e os subsídios de informação da Sub-seção do DIEESE armava os militantes que compunham essas organizações de um arsenal de ideológico que dificultava a cooptação ou manobras de padrões ou Governo. As críticas feitas à modernização das empresas, com a adoção das novas técnicas gerenciais, difundidas via boletins, assembléias ou reuniões abertas, impediu a incorporação de trabalhadores em círculos de qualidade, ou acordos visando metas de produtividade. Mesmo hoje não há programas de qualidade reconhecidos pelo sindicato.

## **Conclusão**

Esta pesquisa carece ainda de um balanço conclusivo sobre a atuação dos grupos de fábrica no período estudado. De qualquer forma, entendemos que a manutenção de organizações informais na Região não foi extemporânea. Toda e qualquer empresa conta com um aparato punitivo legitimado pelas leis que regem as relações entre capital e trabalho. João Bernardo (2000) denomina as empresas de um modo geral, como Estado Amplo. Não só por exercerem maior poder do que o Estado Restrito, mas também por reproduzirem as estruturas de poder deste diretamente sobre os trabalhadores no interior das empresas. Dessa forma, a manutenção dos grupos informais em Campinas mesmo após a redemocratização dotou os trabalhadores de informações essenciais a respeito das novas técnicas gerenciais, denunciando sua faceta manipulatória, bem como expondo, com fundamentação teórica, a elevação da exploração e a conseqüente redução nos níveis de emprego, dificultando o maior controle do capital sobre os trabalhadores.

Não foi a toa que no biênio 1990-91 os boletins das empresas que contavam com atuações dos grupos e mesmo os boletins do Sindicato estavam recheados de notícias de perseguição e repressão policial, onde os casos mais flagrantes foram os da Singer, Cobrasma, Bendix e Bosch. A solução encontrada pelos patrões, para ganhar a disputa pela subjetividade dos trabalhadores foi eliminar os focos combativos através da rotatividade da mão-de-obra e do uso do aparato policial.

Por fim, podemos afirmar até aqui que os momentos de ofensiva das lutas operárias no Brasil coincidiram com a descentralização das decisões, ou seja, organização horizontalizada com maior autonomia.

### **Referências:**

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R & NOGUEIRA, A. *O que são comissões de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (2º ed.).
- CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.
- FAJARDO, R C A. *Qualidade e trabalho: um estudo de caso em sindicato de trabalhadores sobre os programas de controle de qualidade total*. Dissertação (Mestrado) em Ciências Exatas e de Tecnologia. São Carlos, UFSCar, 2005.
- FILHO, V S P. *Comissões de fábrica: um claro enigma*. São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.
- GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1995.
- POSSAN, M A. *A malha entrecruzada das ações*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- RODRIGUES, I J. *Sindicalismo e política*. São Paulo: Scritta, 1997.
- VIANNA, L W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WEFFORT, F C. *Participação e conflito industrial*. São Paulo: Cebrap, 1972.

### **Documentos:**

- “Bosch: conhecê-la para transformá-la”, Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, 1993
- Memória e Ação: 5 anos de um novo sindicato. Campinas, Sindicato dos Metalúrgicos, 1989.
- 1º Congresso dos Metalúrgicos de Campinas e Região – Resoluções. Campinas, outubro de 1985.
- “Rumo ao 2º Congresso” – Regimento Interno. Campinas, junho de 1986.
- 2º Congresso dos Metalúrgicos de Campinas e Região – Resoluções. Campinas, setembro de 1986
- 3º Congresso dos Metalúrgicos de Campinas e Região – Resoluções. Campinas, março de 1990.
- “Organização de Base” – Debates para o Congresso. Campinas, julho de 1992 – 1º Edição.

Depoimentos:

Depoimento de Antônio José, concedida ao autor em 23/07/08

Depoimento de Durval de Carvalho concedido ao autor em 07/06/08

Depoimento de Maria Amélia, concedida ao autor em 01/06.

Depoimento de Gerardo Mello, concedida ao autor em 12/05.